

# O risco de nova aventura

José Eli da Veiga

VALOR, 26/12/2006



JOSÉ ELI  
DA VEIGA

Economistas do governo Lula, ou que o apóiam, estão embaraçados com a campanha pela turbinagem do PIB que vem sendo conduzida por muitos de seus colegas que se notabilizaram principalmente na "Nova República". São diversas as ênfases que esses "destravadores" dão à queda da taxa de juros, ou à desvalorização cambial, como principal alavanca da acelerada que reverteria o ambiente de negócios. Também têm discordâncias sobre a lista das reformas que consideram desnecessárias. Uns desdenham mais a previdenciária do que a trabalhista, outros mostram mais ou menos ceticismo sobre a tributária. Mas estão inteiramente coesos em torno da idéia de que é contraproducente manter o compromisso com a estabilidade. Seria mais do que hora de se adotar arrojada política pró-crescimento.

Qualquer tese oposta, que colida com o destemido discurso desse leque de economistas heterodoxos, fatalmente será considerada conservadora e de direita, pois jogará água no moinho dos atuais condutores do Banco Central, e de seus convencionais fãs. Todavia, é preciso levantar dúvida sobre essa maneira de classificar as visões sobre a atual etapa histórica do desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente quando o papa dos "destravadores" é nada menos que um paladino da política econômica da ditadura militar. Na época, todos os atuais "destravadores" demonizavam seu novo guru - o emérito professor Delfim Netto - porque estavam sedentos de abertura política e democracia. Mas tudo indica que comungavam da convicção de que o desenvolvimento da sociedade é diretamente proporcional ao percentual de aumento do PIB.

Tal crença fica bem evidente na profusão de discursos saudosistas sobre o quarto de século que precedeu 1980,

quando foi possível triplicar o PIB per capita, em vez de amargar um mísero aumento de 9%, como ocorreu nos posteriores 25 anos. Pintam aquela fase de industrialização como se tivera sido um nirvana. Como se ela não tivesse sido responsável pela formação dessas imensas massas de excluídos que hoje cercam as aglomerações urbanas. Como se não tivesse sido responsável pelo agravamento de todas as desigualdades herdadas das retrógradas opções feitas pelas elites ruralistas que monopolizaram o poder até primórdios do século passado. Como se não tivesse sido responsável pelo maior dos entraves atuais ao crescimento: a dívida.

---

**Altíssimas taxas de crescimento podem ser obtidas com dilapidação de recursos humanos, de laços sociais, e de riquezas naturais**

---

Ainda mais grave, quando deploram o PIB tartaruga dos últimos 26 anos, esquecem que multidões de desvalidos viram nesse período serem destravadas sua esperança de vida e seu acesso ao ensino fundamental. Também não ligam para o fato de que foi nesse período que a sociedade brasileira engendrou as instituições que expandiram de forma inusitada as liberdades, mesmo que ainda não tenha conseguido garantir razoável respeito a todos os direitos humanos. E fazem pouco dos sucessos empresariais obtidos em ramos como o energético, o aeronáutico e o agropecuário, que resultaram diretamente de um sistema de ciência, tecnologia e inovação que mal havia nascido em 1980.

O desenvolvimento não é um processo mecanicamente rebocado pelo aumento do PIB, como querem os "destravadores". Tudo depende de como seus frutos são utilizados pela sociedade, fenômeno que nada tem de linear. Altíssimas taxas de crescimento podem ser obtidas com dilapidação de recursos humanos, de laços sociais, e de riquezas naturais, pois tais depreciações sequer são registradas pelo sistema de contas nacionais que fundamenta seu cálculo. Da mesma forma, deixam de ser captados por tão obsoleto sistema de contabilidade social uma infinidade de avanços socioculturais na direção do bem-estar, da qualidade de vida e da solidariedade com as próximas gerações.

É preciso reconhecer, contudo, que os "destravadores" têm dois fortes argumentos: os efeitos do crescimento do PIB sobre a redução da pobreza (de renda) e sobre a geração de emprego (formal). De fato, quando o PIB engatinha, fica

inviável reduzir insuficiência de renda e emprego tipo CLT. No entanto, mesmo aqui é necessário rever certos dogmas. Na última década do século passado, de cada 100 dólares de aumento da renda per capita global, apenas 60 centavos contribuíram para reduzir a pobreza dos que dispunham de menos de 1 dólar diário. Isto significa que para conseguir um único dólar de redução da pobreza são necessários pelo menos 166 dólares de acréscimo da produção e do consumo globais per capita, com os conhecidos impactos ambientais que atingem mais os miseráveis.

Não há dúvida que no século passado o nível de emprego assalariado esteve grudado às variações do PIB. Mas quem arriscaria afirmar que o mesmo continuará a ocorrer numa etapa em que os aumentos de produtividade serão cada vez mais determinados por inovações poupadoras de mão-de-obra? Mesmo que sejam errôneas as profecias sobre "o fim do emprego", é inegável que o capitalismo está deixando de ser uma sociedade salarial. E nada garante que as outras formas de ocupação e de geração de renda sejam igualmente sensíveis às variações de um agregado tão anacrônico quanto o PIB. Sempre esteve fora de seu cálculo todo e qualquer produto que não esteja voltado a alguma transação comercial, como são os resultados da maioria das atividades laborais familiares, domésticas, ou voluntárias.

É o caso de se perguntar, portanto, se não seria mais correto adotar objetivos socioambientais, e simultaneamente olhar para o crescimento econômico medido pelo aumento do PIB como positivo efeito colateral. Ou seja, botar de cabeça para baixo o cerne de um paradigma que domina os economistas desde o final da 2ª Guerra Mundial, quando se adotou essa crença de que o PIB é a melhor medida da riqueza das nações. Se não se legitimar outra maneira de avaliar a riqueza e se não se admitir que ela é apenas uma das dimensões do desenvolvimento, só se intensificará essa cruzada contra o Banco Central e seus fãs. Pior: se os economistas governamentais não deixarem de tergiversar, o mais provável é que muito em breve o Brasil se veja defrontado a uma aventura comparável à da turbinada obtida em 1968-73.

**José Eli da Veiga professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro Meio Ambiente & Desenvolvimento (SP: Editora Senac, 2006), escreve mensalmente às terças. Página web: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)**